REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ORGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO
EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
(Decreto-lei n. 1.870, de 14 de Dezembro de 1939)

ANO VIII | FEVEREIRO DE 1945 | Vol. I - N. 2

SUMÁRIO

Reflexões sôbre a situação atual e futura do Bibliotecário no Brasil

OTTO MARIA CARPEAUX
Bibliotecário da Faculdade Nacional de Filosofia

As REFLEXÕES seguintes sôbre a situação atual e futura do bibliotecário no Brasil têm origem puramente empírica: são o resultado de trabalho de mais de dois anos na biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia, que o autor destas linhas tem a honra de dirigir, e das observações, feitas já antes e durante essa época em outras bibliotecas brasileiras.

E' evidente que nas observações empíricas, por mais empíricas que sejam, existe sempre um fundo de preconceitos, constituído de experiências anteriores e conhecimentos teóricos; no caso, as experiências anteriores do autor nas grandes bibliotecas européias, que conheceu de perto, e os seus conhecimentos de biblioteconomia. Contudo, reflexões teóricas teriam valor bastante reduzido, e, doutro lado, o método comparativo não está isento do perigo de enganos graves. Sem dúvida, podemos aprender muita coisa no estrangeiro; mas a aplicação de experiências assim adquiridas tem os seu limites. No caso das bibliotecas — como em todos os casos da vida brasileira — é impossível a aplicação integral de modelos estrangeiros. Será sempre melhor aprender nos próprios erros os meios de superá-los. Daí a resolução de limitar-se a observações empíricas; dão resultado enquanto é possível convencer os leitores. Daí a tentativa de dar-lhes a forma de silogismos lógicos, cujas conclusões constituem, por sua vez, sugestões práticas.

Num livro do Sr. Lourenço Filho encontra-se um "aperçu" espirituoso sôbre os resultados duma viagem ao interior do Brasil: o viajante parte da capital, metrópole típica no estilo século XX, passa pelas pequenas cidades do "hinterland", que se encontram ainda no século passado, chega a regiões de regime colonial ou medieval; e, enfim, a viagem acaba entre gente neolítica.

Essa simultaneidade de épocas diferentes da evolução, é possível observá-la também nas bibliotecas brasileiras. Existem bibliotecas modelares, organizadas conforme os sistemas mais modernos, como a Biblioteca Municipal em S. Paulo ou a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público, nesta capital. Há outras, nas quais continua a rotina do século passado; existem, até aqui no Rio de Janeiro, depósitos de livros, rigorosamente guardados, conservando com fidelidade comovente a poeira medieval; não produziria surprêsa, se um viajante corajoso encontrasse, em lugar determinado não muito longe do centro da capital, uma coleção de inscrições em pedra, e o guarda tatuado à entrada da caverna se apresentasse como funcionário público. Apenas, êsse estado de coisas já não é tão imóvel como na época das experiências do Sr. Lourenço Filho no interior do Ceará. As bibliotecas brasileiras encontram-se em franca evolução. Tive oportunidade de dirigir um dêsses processos de evolução, na biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia: encontrei-a como mero depósito de livros; agora, trata-se de uma biblioteca científica; no futuro, será um centro de documentação para estudos independentes.

Não será precipitado generalizar essas experiências. Até há pouco, não existia no Brasil a noção moderna da biblioteca. Graças aos esforços do Departamento Administrativo do Serviço Público, do Instituto Nacional do Livro, e dos cursos de biblioteconomia enfim radicalmente reformados, na Biblioteca Nacional, introduziram-se os métodos modernos da biblioteconomia, seguindo particularmente os modelos norte-americanos: maior liberdade do leitor nas salas de leitura, acesso livre às estantes para exame dos livros e escolha da leitura conveniente, serviços de empréstimo para casa, catalogação suficiente, elaboração de fichários de assuntos conforme o sistema decimal.

Grande parte das bibliotecas brasileiras já se pode orgulhar dos resultados obtidos com essas inovações, que, no começo, pareciam heresias perigo-

sas. Mas nada seria mais perigoso do que a satisfação definitiva com aquêles resultados. A heresia de ontem poder-se-ia transformar em ortodoxia, impedindo o progresso. Convém lembrar uma frase famosa de Th. H. HUXLEY: "It is the customary fate of new truths to begin as heresies and to end as superstitions". A boa ordem na biblioteca não é o supremo fim dos nossos esforços. O fim é o trabalho de documentação científica. E para isso é preciso algo mais.

São bastante conhecidas as grandes dificuldades com as quais se choca o trabalho científico no Brasil: a insuficiência das bibliotecas públicas, os sacrifícios dos particulares em arranjar as documentações indispensáveis, a falta de comunicações internacionais; em suma: a falta de organização científica, da qual a organização bibliotecária constitui só uma parte. A essas dificuldades especìficamente brasileiras juntam-se outras, de caráter geral, que se referem ao futuro. É a minha firme convicção que o trabalho científico do futuro será de índole coletiva; passou a época de descobertas individuais; começará a época das investigações em grupo. Um dos sintomas mais interessantes dessa transformação é a existência de relações entre ciências inteiramente separadas que um estudioso só não pode dominar ao mesmo tempo.

Exemplo conhecido disso é apresentado pela química-física, ciência relativamente nova, situada entre a química e a física, com a tendência cada vez mais acentuada de constituir-se em centro de pesquisas para ambos os lados, transformando a química e a física de outrora em ciências auxiliares. Surge o problema da coordenação dos estudos especializados. Outro exemplo conhecido: os estudos sociológicos de MAX WEBER sôbre a relação entre as origens do capitalismo e a evolução do protestantismo tinham como base a relação entre estudos de economia política e estudos de teologia histórica, quer dizer, entre duas ciências inteiramente separadas e consideradas quase incompatíveis; sabemos que essa maior descoberta da sociologia do século XX se originou de conversas casuais do sociólogo com colegas da outra Faculdade. Mas não nos podemos confiar ao acaso; surge, outra vez, o problema da coordenação. Enfim, a tendência para a especialização cada vez mais rigorosa, que tôdas as ciências modernas revelam, deposita em nossas bibliotecas uma documentação imensa, da qual, as mais das vêzes, só o próprio bibliotecário pode ter conhecimento suficiente; o especialista não sabe da existência de trabalhos que o interessariam vivamente, quando feitos em setores independentes de sua especialização. E quem se ocupa com trabalhos de documentação na administração pública, sabe que lá também muita coisa fica despercebida porque só os guardadores da documentação respectiva têm conhecimento da existência dela. De tôdas essas observações resulta uma conclusão convincente: a necessidade da colaboração do bibliotecário no trabalho científico.

Transformaram-se as bibliotecas, de meros depósitos de livros em instituições praticáveis para o estudo. Era o primeiro passo. Agora, é preciso transformar as bibliotecas em centros de estudos, nos quais a colaboração de bibliotecário, às vêzes em lugar decisivo, é indispensável.

O primeiro passo foi feito por meio dum trabalho pedagógico. Era preciso educar os leitores, que estavam acostumados a tratar os livros com descuido, a enganar os bibliotecários incompetentes e mal humorados, e mais a práticas piores. Êsse trabalho educativo já foi feito. O segundo passo está confiado, como se viu, ainda uma vez aos bibliotecários. Mas não pode ser feito, enquanto perdurar a condição atual do bibliotecário no Brasil.

Até há pouco o leitor brasileiro era um homem que, por mais estudioso que fôsse, não sabia bem utilizar uma biblioteca pública. Surgiu o novo tipo de bibliotecário. introduzindo inovações inéditas e visìvelmente utilíssimas, o que lhe arranjou uma situação de certa superioridade com respeito ao leitor; era possível, portanto, aquêle trabalho educativo. Agora, aproxima-se a fase da utilização científica da biblioteca. E agora, o bibliotecário brasileiro encontra-se numa situação de evidente inferioridade.

Quem são os leitores das nossas bibliotecas públicas? Estudiosos especializados, funcionários formados, professôres formados para o ensino secundário ou superior, alunos das escolas superiores. Em geral: pessoas de formação universitária. O bibliotecário, no Brasil, é uma pessoa com formação secundária, habilitado depois num curso técnico de biblioteconomia, e classificado, portanto, entre os funcionários de formação secundária e técnica. Encontra-se, com respeito aos leitores, numa situação de evidente inferioridade. Não

será capaz nem considerado capaz de dirigir um centro de estudos científicos. Como dar, então, aquêle segundo passo?

Nesta altura, permito-me, pela primeira vez, uma comparação com a situação do bibliotecário europeu; mas isso só porque uma sugestão recentemente surgida se baseia, sem dúvida, naquela comparação. O bibliotecário europeu tem, em geral, formação universitária. Estudou filosofia, ou letras, ou história ou ciências sociais ou naturais, adquirindo assim os conhecimentos que o habilitam para dirigir a parte respectiva duma biblioteca geral ou uma biblioteca especializada na sua disciplina; depois, adquiriu os conhecimentos técnicos de bibloteconomia. Dêste modo, o bibliotecário europeu é um "funcionário científico", na categoria dos assistente das universidades; mais tarde, lhe caberá o título de professor, que, na maior parte dos países europeus, é reservado aos docentes das escolas superiores.. Está claro que o bibliotecário assim formado e classificado é capaz de cumprir aquelas exigências.

Baseava-se, provàvelmente, nessa comparação a sugestão de incorporar o curso de biblioteconomia às Faculdades de Filosofia: criar, dêsse modo, uma cadeira universitária de biblioteconomia e uma carreira universitária de bibliotecário. E aquele fim seria conseguido.

A proposta é realmente muito boa. A conseqüência imediata seria o melhoramento do nível científico dos nossos bibliotecários e, portanto, uma maior consideração social da profissão. Mas com isso, aquêle fim não seria conseguido.

A biblioteconomia é uma técnica; aprende-se em cursos teóricos — os atuais são perfeitamente suficientes — e em estágio prático numa biblioteca bem organizada. O curso universitário de biblioteconomia não poderia dar mais, se não fôsse mais teoria biblioteconômica; teoria de cujo valor prático muitos entendidos duvidam. Contudo, seria possível, numa Faculdade, melhorar as outras disciplinas que se ensinam no curso de biblioteconomia: literatura geral, conhecimentos de outras ciências, etc.; mas essa esperança é ilusória. Literatura, filosofia, ciências sociais e naturais, tôdas elas exigem um estudo sério e especializado; não é segrêdo, absolutamente, que até o ensino especializado daquelas ciências nas nossas escolas superiores não é ainda, até hoje, perfeitamente satisfatório. O ensino das mesmas ciências como "acessório", como "complemento", produzirá só diletantes. Dêste modo, uma parte dos futuros bibliotecários adquirirá nas Faculades conhecimentos teóricos para cuja aplicação nunca terá oportunidade; serão logo esquecidos. Os bibliotecários, porém, que aspiram à direção dos futuros centros científicos, não adquirirão nem nas Faculdades os conhecimentos dos quais precisariam para aquêle fim. Continuariam na situação de inferioridade administrativa: ontem eram considerados como almoxarifes; amanhã seriam considerados como almoxarifes formados.

O êrro contido naquela sugestão consiste na confusão entre conhecimentos científicos e conhecimentos técnicos (no caso, de biblioteconomia). O bibliotecário precisa de ambos. Mas ambos não se adquirem juntos.

A solução do problema já está delineada nas observações precedentes. Precisamos de vários tipos de bibliotecários, com formação diferente conforme os fins para os quais têm de servir. Precisamos de tantos tipos de bibliotecários quanto precisamos de tipos de bibliotecas.

Antes de entrar nessa classificação, será conveniente fazer, já pela última vez, uma comparação com a situação no estrangeiro. A comparação com a situação nas bibliotecas européias será tanto mais conveniente que não há diferença essencial, neste ponto, entre a Europa e os Estados Unidos.

Existem, na Europa e em tôda parte, quatro tipos de biblioteca:

1) as bibliotecas chamadas "nacionais", bibliotecas representativas do país e da nação;

2) as bibliotecas universitárias, destinadas ao uso das escolas superiores. Bibliotecas de tipo idêntico encontram-se, às vêzes, em cidades importantes nas quais não existe Universidade;

3) as bibliotecas científicas especializadas, juntas, em geral, a institutos de pesquisas científicas como de historiografia nacional, ou de ciências administrativas, ou de medicina experimental, etc.; etc.;

4) as bibliotecas populares, destinadas à divulgação de boas leituras e conhecimentos científicos entre a parte menos culta da população.

Verifica-se que a direção e administração dêsses quatro tipos de biblioteca é confiada a pessoas de formação e índole muito diferentes. A "Biblioteca Nacional" confia-se a uma personalidade representativa, cujo "Estado-Maior" se compõe de bibliotecários de todos os tipos de formação. As bibliotecas universitárias são dirigidas por um professor de Universidade; quer dizer, um membro da congregação tem, em vez da tarefa de dar aulas, a tarefa de dirigir a biblioteca, e o seu "Estado-Maior" compõe-se de bibliotecários-assistentes, na categoria dos outros assistentes universitários. As bibliotecas especializadas dos institutos de pesquisas científicas são dirigidas, da mesma maneira, por especialistas. Enfim, as bibliotecas populares confiam-se a bibliotecários profissionais, que possuem a mesma formação biblioteconômica como todos os funcionários mencionados, mais conhecimentos científicos gerais e da técnica de divulgação ("University extension").

No Brasil, a Biblioteca Nacional é uma instituição "sui generis"; não é possível generalizar o caso. Contudo, a reorganização atual da Biblioteca Nacional dá uma lição preciosa: foi confiada a um intelectual de formação universitária e a um especialista em biblioteconomia científica É um caso de precedência.

Apesar da organização da Universidade do Brasil, as Faculdades levam no Brasil vida mais ou menos independente. Tôdas elas possuem bibliotecas especiais (biblioteca da Faculdade de Direito, biblioteca da Faculdade de Medicina etc.; etc.), que se assemelham menos às bibliotecas universitárias na Europa do que às bibliotecas especializadas dos institutos de pesquisas científicas; são bibliotecas especializadas em Direito, em Medicina etc. Encontram-se na mesma categoria as bibliotecas dos Ministérios, a biblioteca do D.A.S.P., etc. Em todos êsses casos, não se recomenda a imitação do modêlo europeu. A direção dessas bibliotecas por especialistas na matéria seria dispendiosa; e, considerando-se o fato de que se trata de bibliotecas relativamente pequenas aquêle especialista não seria plenamente ocupado. Para êsse caso especial, recomenda-se uma variante daquela sugestão relativa aos cursos universitários de biblioteconomia. Os bibliotecários dessas instituições teriam que fazer o curso de biblioteconomia, o atual ou o universitário, e além disso, fazer um curso no instituto para o qual se destinam; neste último curso adquirirão conhecimento da bibiliografia da respectiva ciência.

Assemelha-se ao tipo da biblioteca universitária a biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia; nesta se ensina Filosofia, História, Geografia, Ciências Sociais, Letras Clássicas, neolatinas e anglo-germânicas, e tôdas as Ciências Naturais, inclusive a matemática; quer dizer, a composição típica das universidades européias. O mesmo tipo de biblioteca encontra-se nas Bibliotecas Públicas estaduais, nas capitais dos Estados. Essas bibliotecas constituem o núcleo dos futuros centros de documentação científica. Só com muita hesitação se pode dizer que essas bibliotecas deveriam ser dirigidas por "intelectuais"; porque a palavra "intelectual" é ambígua e a proposta poderia abrir a porta à nomeação de homens de cultura geral, mas superficial e autodidática. Doutro lado, só um intelectual, isto é, um homem de cultura geral e conhecimentos variados, será capaz de transformar aquelas bibliotecas en centros de estudos científicos. A definição seria: "um intelectual que possui formação universitária e adquiriu os conhecimentos necessários de biblioteconomia".

Os bibliotecários das bibliotecas populares, enfim, precisarão também, como os das bibliotecas especializadas, de formação bibliotecomista, eventualmente universitária. Nas bibliotecas populares, é de importância muito grande o serviço de consulta: o leitor pede informações sôbre o que deve ler, em geral ou para determinado fim. O bibliotecário que está fazendo êsse serviço, deverá ser capaz de atender às consultas mais variadas.

O resultado final seria a decomposição da atual carreira de bibliotecário em três ou pelo menos duas carreiras distintas, além da consideração dos casos especiais mencionados. Dêste modo, o bibliotecário brasileiro poderá conseguir a mesma posição social elevada que possuem os seus confrades europeus; mais importante, porém, será o outro fim, obtido ao mesmo tempo: a fundação de novos centros de documentação e estudos científicos no Brasil. Será mais uma heresia, entre outras, mas melhor, em todo caso, do que a superstição, que, neste caso, se chama rotina.

REVISTA
DO
SERVIÇO PÚBLICO

ORGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Editado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público
(Decreto-lei n. 1870, de 14 de dezembro de 1939)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio da Fazenda - 6.° andar — Sala 615

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONES: Redação.................... 22-9961 Ramal 527

Expedição.................. 22-9961 Ramal 525

Endereço telegráfico: REVISDASP

Diretor: PAULO LOPES CORRÊA

Expediente

Assinatura anual .... Cr$ 50,00

Assinatura anual para o exterior .... Cr$ 100,00

Número avulso ... Cr$ 5,00

A remessa de qualquer importância — em vale postal ou cheque bancário — deverá ser feita à "Revista do Serviço Público".

As colaborações enviadas serão publicadas ou não, a critério da Redação. Em qualquer das hipóteses, os originais não serão devolvidos.

Sòmente serão publicados artigos assinados cujos originais constem, no mínimo, de seis e no máximo de vinte páginas datilografadas em espaço dois.

A Redação não endossa os conceitos emitidos em artigos assinados.

Permite-se a transcrição de qualquer matéria publicada, desde que seja indicada a procedência.

A administração da Revista pede aos srs. assinantes que ainda não reformaram suas assinaturas vencidas, a gentileza de o fazerem com a maior brevidade.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A publicação de tais trabalhos nesta REVISTA é feita unicamente com o objetivo de facilitar o conhecimento de assuntos relacionados com a administração pública.

A REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, de um modo geral, não aceita colaborações espontâneas.